

## Comissão entregará ao governo reivindicação de servidor administrativo

Os deputados da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais entregarão pessoalmente à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, as reivindicações de reestruturação das carreiras dos servidores administrativos efetivos do Estado. A decisão foi tomada em audiência pública realizada nesta quarta-feira (27/5/09), quando a comissão conheceu a situação salarial e funcional de técnicos, analistas e auxiliares lotados na Secretaria de Estado de Educação (SEE) e nas Polícias Militar e Civil, entre outros órgãos. O Teatro ficou lotado de servidores que fizeram desabafos emocionados e cobraram resposta imediata do governo às suas reivindicações.

O resultado da reunião foi a aprovação de requerimento para que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) encaminhe à ALMG projeto de reestruturação das carreiras. "Parece um gesto singelo, mas ele tem significado, pois demonstra que a comissão solicita, de maneira formal, o envio do projeto", esclareceu o deputado Domingos Sávio (PSDB). O deputado Almir Paraca (PT), que solicitou a audiência, disse estar confiante "de que estamos no caminho de uma solução". Isso porque, acrescentou ele, líderes da base do governo como Domingos Sávio e Neider Moreira (PPS) também defenderam mais atenção para os servidores das áreas-meio. "Sem a adesão da base do governo, nada se faz. É preciso concordância e negociação efetiva", disse Paraca.

Entre as reivindicações, destacam-se, no âmbito da Polícia Civil, a extensão de reajustes e benefícios aplicados aos policiais também para a área administrativa, bem como o aumento da jornada de trabalho de 30 para 40 horas semanais, com aumento salarial correspondente; e, no âmbito da SEE, reajuste salarial a fim de recompor os vencimentos a níveis de anos anteriores. Na audiência, a diretora da Central de Carreira e Remuneração da Seplag, Luciana Meireles, e o assessor Carlos Alberto Sícoli limitaram-se a enfatizar que existe a vontade política para buscar uma solução, mas há dificuldades técnicas. Eles se comprometeram, no início dos debates, a levar todas as reivindicações à secretaria.

**Quem são** - De acordo com a Seplag, os servidores administrativos são técnicos, analistas e auxiliares que trabalham em várias áreas do Estado, dando suporte aos servidores das atividades finalísticas. Na SEE, eles atuam, por exemplo, nas secretarias das escolas. Na Secretaria de Estado de Defesa Social, são os técnicos de informática, auxiliares administrativos, assessores jurídicos e contábeis, entre outros. Eles englobam profissionais dos níveis fundamental, médio e superior de escolaridade. Na SEE, seriam cerca de 20 mil pessoas e, na Polícia Civil, 800.

### Servidores cobram mais atenção para área administrativa

A técnica em educação Cleuza Maria Rodrigues Borges, da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Patos de Minas (Alto Paranaíba), queixou-se dos baixos salários e afirmou que a estrutura de trabalho é precária, faltam servidores e não há respeito nas negociações com o governo. "Se a Secretaria de Educação tem um bom resultado, o mérito também é nosso. Há propaganda enganosa na mídia. A educação em Minas não é o que parece", criticou. Segundo ela, em 2002 um técnico recebia o equivalente a 3,3 salários mínimos. Hoje o vencimento não chega a 1,4 salário mínimo. Ela também questionou equiparação salarial efetuada pela Seplag que teria igualado profissionais com qualificação profissional diferente.

O vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol), Denilson Martins, endossou as críticas. Segundo ele, haveria funcionários ganhando R\$ 324,00 em Minas, valor inferior ao salário mínimo, de R\$ 465,00. A situação salarial muito diferenciada entre os profissionais da área-meio e os da área-fim (os policiais) acaba criando um clima difícil no local de trabalho, na avaliação do sindicalista. "Não adianta querer que a cabeça melhore, se o corpo não está bem", ilustrou ele, questionando como o policial pode cumprir as metas e os resultados cobrados pelo governo, se o setor que o apoia não é valorizado?

O analista em educação Eduardo Sérgio Coelho, da SRE de Montes Claros (Norte de Minas), e os servidores que usaram a palavra também na fase de debates solicitaram a intermediação da Assembleia para a solução dos problemas da categoria. "Precisamos sentar à mesa em busca de uma solução prática e objetiva", cobrou. Em resposta, o presidente da comissão, deputado Délio Malheiros (PV), avaliou que a audiência desta quarta (27) pode ser considerada um momento importante de interlocução com o governo, ratificando o caráter justo das reivindicações.

**Contraponto** - Emocionados, muitos servidores disseram que têm vergonha de mostrar o contra-cheque para os filhos. "Não conseguimos entender quando o Governo do Estado fala que Minas avança", questionou o presidente da Comissão dos Servidores das Carreiras Administrativas da Polícia Civil, Francisco José Guimarães Filho. Um contraponto foi feito pelo deputado Neider Moreira, vice-líder do Governo, que elogiou as ações do Executivo nos últimos anos. Para ele, com o Estado saneado, será possível agora encontrar um "caminho administrativo viável" para valorizar os servidores das áreas-meio.

Também participou da reunião o superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, Davi Resende. Ele afirmou que "a causa é justa, mas a situação é complexa", e explicou que todas as reivindicações dos servidores já foram encaminhadas "à área administrativa superior do governo".

**Correspondência** - Na reunião, o gabinete do deputado Doutor Viana (DEM) encaminhou correspondência da Seplag, em resposta a ofício solicitando equiparação salarial para algumas carreiras da área da educação. A resposta do governo foi que o Estado não pode fixar data para a medida, sendo preciso aguardar a disponibilidade orçamentária e financeira.

**Presenças** - Deputados Délio Malheiros (PV), presidente; Neider Moreira (PPS), Domingos Sávio (PSDB) e Almir Paraca (PT). Também participaram da reunião a chefe da Seção de Pessoal Civil da Polícia Militar, capitão Niulza Alvarenga Maciel; e a diretora de Recursos Humanos da Defensoria Pública, Carla Carvalho.

Responsável pela informação: Assessoria de Comunicação - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)

Fonte: WWW.almg.gov.br

Data: 28/5/2009